FP080 - RESOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO ESCOLAR

ATIVIDADE PRÁTICA

Atividade prática: *Inclusão e integração de pessoas com necessidades educativas especiais no ambiente escolar regular*

Nomes e sobrenome(s): *José Ngola Carlos, Júlia Ferreira de Freitas Filha e Fernando Alves da Silva*

Código: *FP080*

Curso: *Mestrado em Educação*

Grupo: *2022-06JCarlosJFerreiraFSilvaRTCAE*

***Data*:** 22 de Dezembro de 2022

Índice

1. Introdução _____ 5
2. Necessidades Educativas Especiais _____ 6
3. Mediação como mecanismo de inclusão e integração _____ 7
4. Situação de mediação _____ 8
5. Conclusão _____ 9
6. Bibliografia _____ 10
7. Anexo _____ 11

1. Introdução

O presente trabalho foi elaborado em resposta a convocatória ordinária da disciplina FP080 - Resolução e Transformação de Conflitos no Âmbito Escolar e pretende apresentar uma situação hipotética de resolução de um conflito dentro da escola. O caso apresentado diz respeito a uma instância de conflito intrapessoal que afeta um menino com necessidades educativas especiais (NEE). O trabalho apresenta igualmente as noções do que é necessidade educativa especial, qual o melhor procedimento a ser adotado pelo professor diante de uma situação em que tem de ensinar uma pessoa com NEE e como a mediação pode ajudar na resolução e transformação de um conflito intrapessoal dentro do ambiente escolar, permitindo a inclusão e integração de todos os alunos afetos a escola.

2. Necessidades Educativas Especiais

No seu livro, Necessidades Educativas Especiais, Luís de Miranda Correia (2013) define educação especial como sendo “o conjunto de recursos especializados que se constituem como condição fundamental para uma boa prestação de serviços educativos para os alunos com necessidades educativas especiais”. Desta definição, se pode compreender que a educação especial faz-se especial pelo fato de ela ser multidisciplinar. Nela chama-se a atuação o psicólogo, o terapeuta, o médico, o pedagogo etc., para, nesta união de saberes e esforços, darem as melhores respostas as necessidades das pessoas com necessidades educativas especiais.

São consideradas como sendo de necessidades educativas especiais as pessoas com atraso mental, surdez, cegueira, disfunção motora, saúde fraca, problemas na fala, pessoas em risco educacional, pessoas acometidas por traumas, autistas e superdotadas (Correia, 2013). Como se pode perceber do exposto acima, uma pessoa com necessidades educativas especiais não é absolutamente aquela que não aprende, ela poderá apresentar déficits intelectuais, dificuldades no que respeita a concentração, compreensão, retenção ou assimilação, mas ela definitivamente não é ineducável.

O professor ou educador de hoje é chamado para a necessidade do aprender constante e contínuo, em face das situações complexas com as quais se depara todos os anos e todo ano, bem como as exigências de qualidade da sua prática educativa. Apela-se a este o cultivo da habilidade e disposição do aprender a prender, habilidade fundamental para o bem fazer didático-pedagógico (Correia, 2013).

Assim, são competências educativas chave e necessárias a todos os professores: saber diagnosticar, poder analisar os resultados dos diagnósticos, ser capaz de planear estratégias de atuação e poder dar respostas que resolvam os problemas encontrados durante o período de diagnóstico.

De modos a melhor atender os que têm necessidades educativas especiais, Correia (2013) sugere aos professores dois métodos preferenciais de atuação: o ensino cooperativo e a tutoria de pares. Somos igualmente lembrados de que o ensino efetivo e que resulta em verdadeira aprendizagem no caso daqueles que têm necessidades educativas especiais faz-se com a criação de um Programa/plano Educativo Personalizado/individualizado (PEP/PEI) que atenda as suas necessidades e que esteja à altura das suas habilidades e competências.

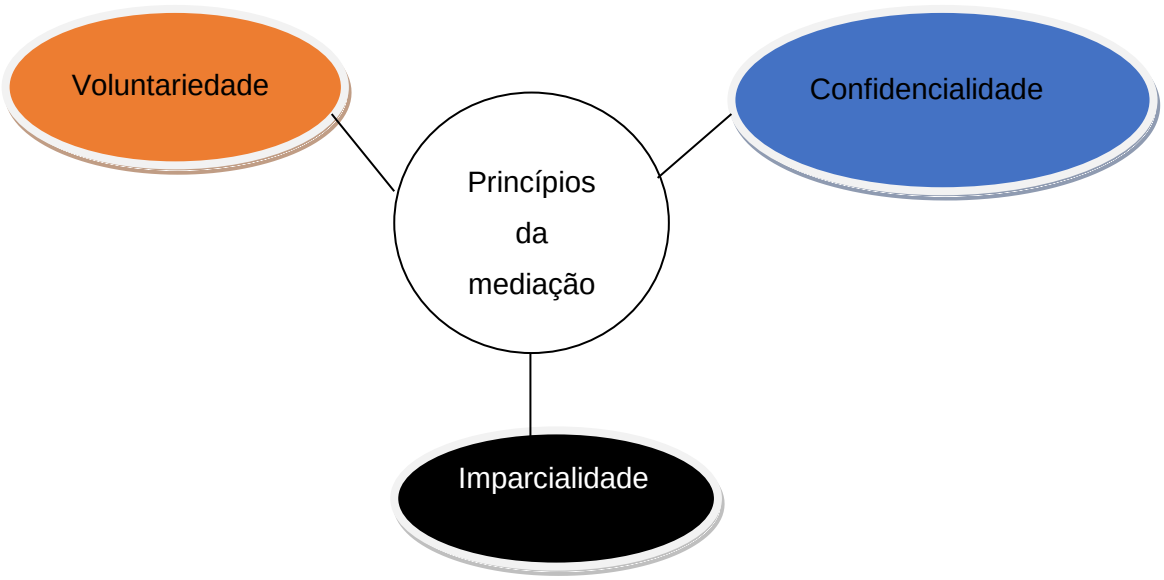
3. Mediação como mecanismo de inclusão e integração

A escola contemporânea é uma escola inclusiva, é uma escola integradora, é uma escola multicultural e é uma escola de massas (Correia, 2013). Pelo que, ela representa a escola que melhor supre as necessidades educativas e humanas para o século XXI.

A escola contemporânea assenta no princípio de que a escola deverá ser um espaço para todos os seres humanos, sem exceção, e deverá ser simultaneamente um lugar para cada ser humano que nela estiver (Correia, 2013). Assim, esta escola deixa-se nortear pelo princípio ou filosofia da inclusão, onde mais do que apenas garantir um espaço de estar, todos que se encontram no meio escolar deverão ser integrados socialmente, emocionalmente, academicamente, fisicamente e culturalmente.

De modos a garantir que a inclusão e integração de todo ente social, independentemente das suas habilidades ou a falta dela, se efetive corretamente no ambiente social educativo da escola, recorre-se à mediação de conflitos e violência como mecanismo que possa permitir a sã convivência entre pessoas que apesar de semelhantes, têm as suas particularidades que as tornam diferentes umas das outras.

A mediação é um processo flexível, de caráter voluntário e confidencial, conduzido por um terceiro imparcial – o mediador – que promove a aproximação entre as partes em litígio e que as apóia na tentativa de encontrar um acordo que permita pôr termo ao conflito (Morgado e Oliveira, 2009, Possato et al. 2016). Daqui, percebe-se com clareza que a prática da mediação requer a observância de princípios que a orientam para a resolução e transformação de conflitos no âmbito escolar. São eles a:



4. Situação de mediação

Caso hipotético

Na 1ª classe do ensino primário, da escola Renascer e Crescer, no ano de 2022-2023, na sala nº 4, turma A, freqüenta o ensino regular obrigatório o menino Nito Alves, diagnosticado por um médico, terapeuta, psicólogo e pedagogo como sendo um menino com necessidades educativas especiais ligeiras, que afetam o aparelho auditivo e fonador. Pelo que, Nito é um menino que ouve com pouca nitidez quando se fala a um tom normal e mal fala quando tem a oportunidade de falar e faz a um nível ruidoso aos ouvidos de quem estiver próximo.

Esta condição fisiológica e social do Nito começou a incomodar a sua condição emocional e psicológica ante aos outros meninos da turma e da escola. Nito começou a vivenciar baixa auto-estima, pouca vontade de ir e participar nas aulas quando fosse à escola. Apercebendo-se do conflito interno que Nito vivia, o professor da turma abordou-o no sentido de saber o que se estava a passar. Depois de explicar ao professor como se sentia em função da sua condição diante dos outros meninos “normais”, o professor encorajou e aconselhou ao Nito para que procurasse ajuda diante da equipe de apoio aos alunos da escola, constituída por especialistas em mediação de conflitos e criada para mediar situações de conflitos interpessoal e intrapessoal, que era o caso do Nito.

Diante da equipe de apoio educativo, Nito foi acolhido com muito prazer e satisfação. Deixaram-no a vontade e confortável, criando nele sentimento de pertença e valor pessoal. Nito manifestou à equipe o desejo de conversar com um mediador com o qual pudesse dialogar e dar a conhecer a sua condição emocional e mental, bem como as suas causas. De seguida, apresentaram-lhe os especialistas em mediação e deram-lhe a oportunidade de escolher com quem ele se sentia mais a vontade para conversar.

Durante a mediação, o mediador procurou garantir ao Nito que aquele processo de mediação fundava-se nos princípios da voluntariedade, confiabilidade, imparcialidade ou neutralidade (Morgado e Oliveira, 2009). Fazendo perguntas abertas e introspectivas, o mediador levou Nito a se expressar e por si mesmo perceber que o coletivo humano não é um todo homogêneo. Somos semelhantes, porém, as nossas habilidades e personalidades nos fazem diferentes uns dos outros (Pino, 2007). E como disse certa vez Luís de Miranda Correia (2013), todos nós temos algo a dar aos outros, independentemente dos nossos atributos. Com este diálogo, Nito viu nascer uma serenidade e paz mental em si e começou a transbordar de muita alegria.

5. Conclusão

Em conclusão, salienta-se que é percebível o tamanho da responsabilidade que a escola e seus lideres integrantes, são chamados a exercer. Hoje por hoje, a escola é concebida como um espaço de socialização e não apenas de ensino e aprendizagem (Martins et al. 2016). Pelo que, nela conviverão pessoas distintas. Nesta convivência surgirão conflitos e violências a todos os níveis que ela deverá ser capaz de responder satisfatoriamente (Neto, 2005). Como se pode ver do caso hipotético, um conflito não é necessariamente uma má situação, antes, quando bem gerida, proporciona grandes oportunidades de ensino e aprendizagem (Morgado e Oliveira, 2009).

6. Bibliografia

Correia, L. M.(2013). Necessidades Educativas Especiais. Porto Editores.

Fetzneri, A. R.(2018). Interculturalidade nas Escolas: Um Estudo sobre Práticas Didáticas no Pibid. Educação & Realidade, Porto Alegre, *43* (2), 513-530.

Martins, A. M., Hado, C. M. & Furlanetto, E. C.(2016). Mediação de Conflitos em Escolas: Entre Normas e Percepções Docentes. Cadernos de Pesquisa, *46* (161), 566-592.

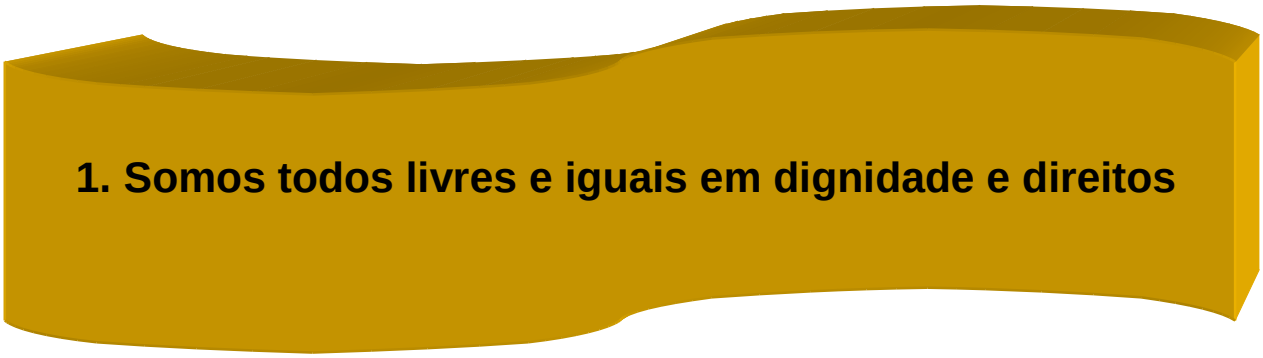
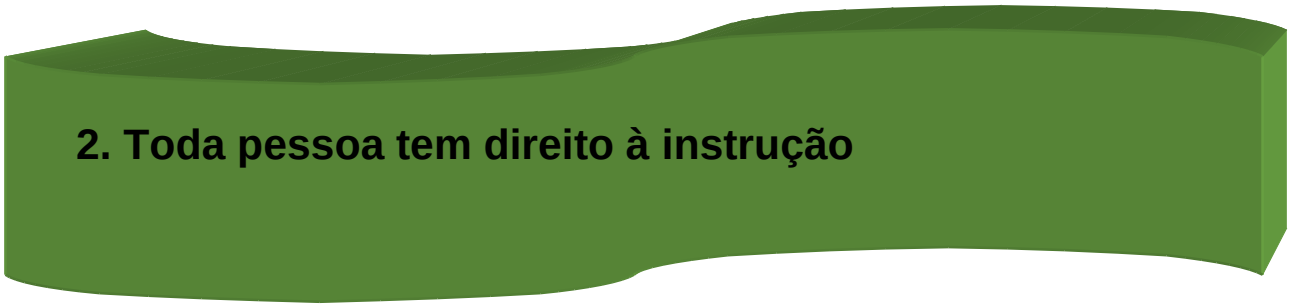
Morgado, C. & Oliveira, I. (2009). Mediação em Contexto Escolar: Transformar o Conflito em Oportunidade. E d u c a ç ã o / f o r m a ç ã o.

Neto, A. A. L.(2005). Bullying - Comportamento Agressivo entre Estudantes. Jornal de Pediatria, *81* (5).

Pinheiro, F. M. F. & Williams, L. C. A. (2009). Violência Intrafamiliar e Intimidação entre Colegas no Ensino Fundamental. Cadernos de Pesquisa, *39* (138), 995-1018.

Pino, A.(2007). Violência, Educação e Sociedade: Um Olhar sobre o Brasil Contemporâneo. Educ. Soc., Campinas, *28* (100), 763-785.

Possato, B. C., Rodríguez-Hidalgo, Ortega-Ruiz, A. J. R., & Zan, D. D. P.(2016). O Mediador de Conflitos Escolares: Experiências na América do Sul. Psicologia Escolar e Educacional, SP. 20 (2), 357-366.

7. Anexo

Frases em cartazes